

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro e Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNIC IPAL NOVA FRIBURGO

REFERENTE: Contra Razões ao recurso Administrativo do Edital de PE Nº 55_2022 (ITEM 01)

Contrarrazões ao Recurso Administrativo

HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI por intermédio de seu representante legal, Sra. Jaqueline Del Mestre Guimarães, portadora do RG. 9063081799 e do CPF nº 953.103.390-00, vem respeitosamente apresentar, tempestivamente, a Vossa comissão, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O de 18 de Julho de 2002, e os decretos nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000, publicado no D.O de 09 de Agosto de 2000 nº 3.693, de 20 de Dezembro de 2000, publicado no D.O de 21 de Dezembro de 2000 e nº 3.784, de 06 de Abril de 2001, publicado no D.O de 09 de Abril de 2001, que regulamentam a modalidade pregão, e demais legislações aplicáveis à espécie, apresentar as suas CONTRARRAZÕES, ao inconsistente recurso apresentado pela empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTIC A LTDA, perante a esta distinta Administração que de forma absolutamente coerente declarou a contra-razoante vencedora do processo licitatório em pauta.

1. Considerações Iniciais:

Ilustre Pregoeiro(a) e comissão de Licitação da PREF.MUN.DE NOVA FRIBURGO.

O Respeável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima Prefeitura, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

2. Do Direito Pleno as Contra-razões ao Recurso Administrativo

A Contrarrazoante faz constar o seu pleno direito as contrarrazões ao Recurso Administrativos devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normal de licitação.

A Contrarrazoante solicita que o Ilustre Sr. Pregoeiro e esta douta comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA FRIBURGO, conhecendo a fragilidade do RECURSO e analise todos os fatos apontados, que só validam essa contrarrazão.

3. Dos Fatos:

A RECORRENTE motivou na data de 10 de Maio de 2022, a seguinte intensão de recurso: "Manifestamos INTENÇÃO de interpor RECURSO contra classificação da arrematante, pois a mesma não atende o edital na íntegra. Exemplo: O processador ofertado é inferior ao mínimo exigido no edital. Mais razões e detalhamentos serão apresentadas em momento oportuno. Nos termos do Acórdão nº2.564/2009 do TCU e Acórdão nº 339/2010 do TCU."

O recurso apresentado pela RECORRENTE, alegando o não atendimento por termos ofertado processador inferior, neste caso, I5-10400 demonstra, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente, além de manifestação vaga e subjetiva quando foi concedido o direito ao manifesto de recurso, pois limitou-se apenas a redigir que o processador apresentado por nossa empresa é inferior ao termo de referência, numa desesperada 'tentativa' com alegações vagas e sem nenhuma sustentação, se não vejamos...

A CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para este certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, a CONTRARRAZOANTE buscando sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve suas contrarrazões:

A RECORRENTE alega que a CONTRARRAZOANTE apresentou processador inferior ao TR editalício e após em sua peça recursal faz as seguintes alegações:

"Vejamos que, o processador solicitado no edital é o processador I5 11500K, ou seja, um processador inexistente no mercado.

O processador encontrado atualmente seria o I5 11500, levando em consideração a possibilidade de ter ocorrido um erro de digitação, o processador imediatamente superior ou equivalente ao solicitado seria o I5 11600, mas o arrematante ofertou o processador I5 10400, inferior ao termo de referência.

O processador ofertado também não atende às especificações mínimas exigidas. Dizeres do termo de referência: "(...) com frequência de no mínimo 3.2GHz (...)". Na proposta do arrematante, o processador ofertado I5 10400 apresenta frequência mínima de 2,80 GHz, afastando novamente das exigências mínimas constantes no edital.

Sendo assim a empresa HORUS SERVIC OS descumpriu os requisitos do edital no que diz respeito à especificação técnica".

Ilustres Sres., fica evidente a clara "tentativa" da Recorrente em tumultuar o presente processo e retardar a presente aquisição por parte desta Administração com notório desconhecimento dos princípios basilares da licitação em epírafe, se não vejamos:

Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser "facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Ou seja, em havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação/Pregoeiro em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Este é de direito legal ao Pregoeiro e comissão de apoio solicitar, caso fosse necessário. Claramente demonstra a RECORRENTE portanto a inobservância ou desconhecimento dos princípios basilares da licitação tendo em vista que é facultado a realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório independente de previsão em edital. Porém a RECORRENTE simplesmente criou a "tese" absurdamente

obscura, pois alega que num erro formal de digitação presente no termo de referência, neste caso, processador I5-11500K que de fato não existe, cria um regramento que instrui a cotar processador imediatamente superior! Senhores, verdadeiro absurdo, pois não existe nenhuma matéria que faça referência a este tipo de procedimento. Além do acima citado a recorrente incorre num erro ainda pior, pois se não vejamos... A mesma num momento afirma que houve erro de digitação no TR com relação ao processador de referência I5-11500K, e no entanto mesmo afirmando que tal processador não existe, a RECORRENTE, apresenta em sua proposta comercial, exatamente o mesmo processador que afirma não existir!

Mais tarde em sua peça a RECORRENTE ainda demonstra clara dificuldade em interpretar as especificações contidas no Termo de Referência, senão vejamos:

Transcrição do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

“Microcomputador Tipo Desktop - Descrição:

PROCESSADOR - processador 11.500k ou superior com frequência de no mínimo 3.2 GHz, com arquitetura x86-64; no mínimo 06 (seis) núcleos físicos e 06 (seis) threads; frequência real de clock interno de, no mínimo, 2,80 GHz; frequência turbo max de, no mínimo, 4,00 GHz; litografia de, no máximo, 14nm; cache interna de no mínimo 09 MB; velocidade de barramento de no mínimo 8 GT/s.

Claramente, no texto acima, onde cita frequência real de clock interno de, no mínimo 2.80 Ghz.

Segue ao lado o link da Intel com as especificações do processador por nossa empresa ofertado em nossa proposta (Core I5-10400) - <https://ark.intel.com/content/www/br/pt/ark/products/199271/intel-core-i510400-processor-12m-cache-up-to-4-30-ghz.html>

Ao acessar o link da Intel acima, conforme fica claramente demonstrado, ofertamos um processador inclusive superior ao TR editalício, se não vejamos:

TR exige: 6 Threads, ofertamos 12.

TR exige: frequência real de clock interno de, no mínimo, 2,80 GHz, ofertamos 2.9Ghz.

TR Exige: frequência turbo max de, no mínimo, 4,00 GHz, ofertamos 4.30Ghz.

TR Exige: cache interna de no mínimo 09 MB, ofertamos 12 MB Intel® Smart Cache.

Portanto senhores, a RECORRENTE demonstra não conhecer ou pior, interpretar as características do elemento processador o qual faz parte da solução ofertada de forma totalmente inequívoca.

Para complementar e deixar evidente que a manifestação da recorrente ‘ecoa num extremo vazio’ e tentativa desesperada de “induzir” ao Pregoeiro e colenda Técnica ao erro, o pedido de desclassificação, não pode jamais prosperar, haja vista que conforme demonstrado, nossa empresa ofertou componente processador com especificações acima das exigências presentes no Termo de Referência Editalício. Portanto, impende aqui destacar que não existe respaldo lógico e técnico se não a tentativa desesperada de induzir esta comissão ao erro e pior, sem fulcro nos basilares da licitação. Pois se porventura esta comissão acolhesse os fracos e infundados argumentos desta recorrente, estaria deixando de fazer aquisição de uma solução com preço menor e superior ao solicitado.

Portanto não há qualquer motivo para inabilitar esta CONTRARRAZOANTE quanto aos fracos e infundados argumentos apresentados pela recorrente. O recurso interposto pela ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, é omissivo e vago quanto à matéria, de modo que não possui justificativa a não ser e de protelar o presente processo em curso.

Dessa forma e por todos argumentos aqui expostos, não há qualquer razão para alterar a decisão já preferida, acertadamente, pelo Pregoeiro e equipe desta comissão que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

4.DA SOLICITAÇÃO:

Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro e equipe, conforme demonstramos cabalmente em nossa peça e já apresentados nos catalogos, solicitamos que esta comissão considere como indeferido o recurso da empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.

Não Obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange `a desclassificação desta CONTRARRAZOANTE, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio no diploma editalício.

Na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas CONTRARRAZÕES, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos, pedimos legalidade e Deferimento.

Porto Alegre, 19 de Maio de 2021.

HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI

JAQUELINE DEL MESTRE GUIMARAES
DIRETORA

Fechar